

ADOLESCÊNCIAS NA CONTEMPORANEIDADE

Ariadne de Araújo Cruz ¹

RESUMO

Esse artigo tem como objetivo refletir sobre algumas concepções relacionadas ao período da adolescência por meio de um breve resgate histórico e de um posterior enfoque na contemporaneidade. Esta etapa de vida perpassa pela evolução das sociedades e o envolvimento e a participação do(a) jovem nos mais variados contextos socioeconômicos e culturais. A revisão de literatura aponta como a juventude lida com a família, a escola e o trabalho numa sociedade em transformações constantes.

Palavras-chave: Adolescência. Contemporaneidade. Família. Escola. Trabalho.

1 INTRODUÇÃO

Da Grécia e Roma antigas aos dias atuais, a adolescência vem sendo observada e estudada nas suas múltiplas mudanças de comportamento e atuação nas sociedades. Na contemporaneidade, a juventude vive um paradoxo que se manifesta em variadas representações socioculturais, valores, dinamismo e criatividade, levando vários estudiosos sobre o tema a apontarem a existência de adolescências em virtude das suas múltiplas subjetividades.

Esta etapa de vida também é caracterizada pelo lazer, valorização do social, do tempo ocioso e questionamentos que marcam efetivamente a presença do(a) jovem na família, na escola e na inserção no mercado de trabalho, em se tratando das classes menos favorecidas economicamente. Para Kalina e Laufer (1974), a adolescência é um grande salto para a vida: salto na direção para tornar-se individual, ao proporcionar o desenvolvimento psicossocial do(a) jovem.

Para a Organização Mundial da Saúde (OMS - 1965), a adolescência é definida como um período biopsicossocial que compreende a segunda década de vida, ou seja, dos 10 anos aos 20 anos de idade. Critério também adotado pelo Ministério da Saúde do Brasil (Brasil, 2007a) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (Brasil 2007b). Já para o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, a faixa etária corresponde dos 12anos aos 18

¹ Doutoranda em Família na Sociedade Contemporânea, na Universidade Católica do Salvador. Mestra em Família na Sociedade Contemporânea (UCSal). Pedagoga. Especialista em Planejamento do Ensino e Psicopedagogia. Coordenadora Pedagógica de uma Comissão Permanente de Avaliação (CPA), onde são realizados Exames Supletivos. Membro do grupo de pesquisa Família e Desenvolvimento Humano. Autora.

anos (Brasil 2007c).

Para Formigli, Costa e Porto (2000), a adolescência inicia-se com as mudanças corporais da puberdade e termina com a inserção social, profissional e econômica na sociedade adulta.

Nesse contexto, é necessário compreender o papel do(a) adolescente na família, seu processo de escolarização e sua inserção no mundo do trabalho.

2 SER ADOLESCENTE: BREVES SIGNIFICADOS NA HISTÓRIA

A puberdade é um processo de transição entre a infância e a adolescência. A palavra adolescência vem do latim *adolescere* que significa crescer. De acordo com Malvin e Wolkmar (1993), a palavra adolescência foi usada pela primeira vez na língua inglesa, em 1430, ao referir-se às idades entre 14 a 21 anos para o sexo masculino; e 12 a 21 anos para o sexo feminino.

Desde as primeiras civilizações, o significado de adolescência reflete como as sociedades se comportavam em relação à juventude. Na Grécia Antiga, os jovens eram submetidos com muito rigor a um adestramento com objetivo de inserir-se na carreira militar. Já as moças realizavam atividades físicas para adquirir saúde, ser boa esposa e procriar (Grossman, 1998).

No Império Romano, a educação dos jovens ficava sob a responsabilidade dos pais, e era bastante prática. Visava formar o agricultor, o cidadão ou o guerreiro. Grossman (1998) relata que os meninos pertencentes à elite, a partir dos 12 anos, passam a estudar autores clássicos, e a mitologia, e até os 17 anos abandonavam as vestes infantis, tendo o direito de fazer tudo o que um jovem gostasse de fazer, até optar pela carreira militar ou entrar no exército.

No período da Idade Média, as pessoas viviam em comunidades feudais e pertenciam a um contexto em que todos se conheciam. As crianças e os jovens eram considerados adultos em miniatura (GARROD; SMULYAN; POWERS; KILKENNY, 1995), necessitando apenas crescer em termos quantitativos nos aspectos físicos e mentais da espécie humana. Ainda para Garrod et al(1995) e Grossman(1998), assim que a criança superava o período de alto risco de mortalidade, ela logo era misturada com os adultos e ia aprendendo as tarefas, crenças e valores que seriam solicitados quando se tornasse adulto.

Neste período, uma maneira de o jovem de família sem recursos adquirir uma profissão era através das Corporações de Ofício, compostas por três categorias: os mestres,

donos de oficinas responsáveis pelo ensino e educação dos aprendizes; os aprendizes, que não recebiam salários, geralmente eram parentes e moravam com o mestre; e o jornaleiro, que já havia terminado o período de aprendizado e recebia salário. Na nobreza, os jovens recebiam treinamento intenso para se tornar cavaleiro (Garrod et al, 1995; Grossman, 1998).

Alguns mosteiros organizaram escolas para educar crianças até os 15 anos, independente da classe social. Relatos da época informam que esses jovens se organizavam em grupos de idades semelhantes para brincar e jogar (Costa, 2002).E, sob a influência de Aristóteles por meio de sua obra, as fases entre o período da infância até a fase adulta começou a ser difundida neste período, ao observar as diferentes formas de assistência necessária ao cuidado, sustento e abrigo dos indivíduos e suas funções sociais no decorrer do ciclo vital (Souza e Homet,1999).

Segundo Grossman (1998), Rosseau (séc. XVIII) sugeriu características da adolescência como o período de maior instabilidade e conflito emocional, os quais eram provocados pela maturação biológica do indivíduo. Para Santrock (2003) o filósofo considerava a adolescência um renascimento, período em que o indivíduo recapitula os estágios anteriores da vida procurando o seu lugar na sociedade.

Na Idade Moderna o Estado passou a interferir de forma mais efetiva no espaço social: formas de agir na família, comunidade, grupos religiosos e educacionais. Os indivíduos não estão mais inseridos no contexto das comunidades que os aproximavam no período feudal, e sim, numa sociedade em mudanças. Para Ariés (1981), a Modernidade cedeu espaço para o Estado, que passou a interferir mais efetivamente no contexto social, principalmente com o desenvolvimento da alfabetização e a facilidade de leitura de livros que distanciaram os indivíduos da sua própria comunidade e de suas famílias em busca de melhores condições de vida.

No século XIX, as sociedades se multiplicaram, e este movimento trouxe mudanças significativas na dinâmica das famílias e no comportamento dos seus membros. A infância é vista como uma fase privilegiada, onde a criança passa a ser concebida como uma pessoa. Durante este século, a adolescência passa a ser vista como um período que associa a criticidade e o questionamento à postura do(a) jovem. Para Hall(1925) a adolescência era biológica e entendida como zona de turbulência e contestação, constituindo uma linha de fraturas e erupções vulcânicas na família.

O século XX foi um período em que as guerras marcaram o desenvolvimento da adolescência. Nos períodos que antecederam as I e II Guerra Mundial, a literatura enfatizava a indolência, a indisciplina e a preguiça dos adolescentes; enquanto que durante as guerras e

nos anos seguintes, os pesquisadores demonstraram a importância do trabalho dos adolescentes para manter a sociedade tal qual eles conheciam (Steinberg e Lerner, 2004).

Durante as décadas seguintes ao final da II Guerra Mundial, vários estudiosos voltaram as suas pesquisas para a adolescência. Nos Estados Unidos, durante a década de 1950, apareceu o fenômeno denominado “juventude transviada” ou “rebelde sem causa” (Grossman,1998). Já começava a se delinear, de modo bastante claro, uma consciência etária – a oposição jovem/não jovem.

Nos anos de 1960, um novo estilo de mobilização e contestação social contribuiu para a percepção da adolescência como uma subcultura (Garrod et al,1995). Os jovens passaram a negar as manifestações visíveis da sociedade, e transformou a juventude em um novo grupo focado no questionamento, na contracultura.

Nas décadas seguintes, esses jovens viveram num cenário econômico adverso com dificuldades para arrumar e se manter no emprego; incremento dos problemas sociais, especialmente os urbanos (Brasil, 1999; Matheus,2001). No século XXI, ser adolescente significa maior liberdade de expressão, mas, ao mesmo tempo, significa lidar com contextos adversos, violência, desemprego, falta de valores e perspectivas de dias melhores. O controle exercido pela família, as comunidades e a igreja, já não são os mesmos ou não existem.

Para Sifuentes et al (2007), as mudanças e continuidades que o adolescente vivencia no seu processo de desenvolvimento para a fase adulta tem relação com a fase e com as modificações que ocorrem na sociedade contemporânea.

3 DESAFIOS DA ADOLESCÊNCIA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: FAMÍLIA, ESCOLA E TRABALHO

A sociedade vem apresentando transformações importantes como: os avanços tecnológicos, a globalização, a urbanização, as configurações familiares, como tantas outras que afetam diretamente as famílias (PETRINI, 2003). Diante destas mudanças, o conceito de família vem passando por alterações consideráveis, como afirma Petrini (2005, p.29):

Trata-se de mudanças profundas e permanentes, que dizem respeito à atividade produtiva e à organização do trabalho, aos processos educativos e de comunicação, até à socialização das novas gerações, ao universo de valores e critérios que orientam a conduta do cotidiano. Essas mudanças, concentradas e aceleradas, repercutem significativamente na vida familiar, desde a concepção de masculinidade e feminilidade e a forma de compreender a sexualidade e a relação entre os sexos, até a maternidade e a paternidade, a relação entre as gerações, principalmente no tocante à atividade educativa e de socialização.

É no grupo familiar que os valores, crenças e mitos são transmitidos para as novas gerações, e esses conhecimentos são somados às novas informações adquiridas pelo indivíduo ao longo de sua vida.

Esse tópico aborda de forma breve a relação e os desafios do(a) adolescente nos contextos familiar, escolar e de trabalho no mundo contemporâneo.

3.1 Família

A família é a primeira mediadora entre o ser e a cultura, pois é nela que o indivíduo nasce, cresce e se desenvolve. Influencia no desempenho dos seus membros, particularmente das crianças que, em tal contexto, aprendem as diferentes formas de existir, de perceber o mundo e de estabelecer suas relações sociais. (DESSEN; POLONIA, 2007).

As relações familiares em todas as esferas sociais estão balanceadas com as interferências externas de um mundo globalizado e de um intenso desenvolvimento tecnológico, levando as relações, às vezes, ao desequilíbrio emocional e individual (SARTI, 2004).

Para Losacco (2010), pensar no jovem e a sua relação com a família é, também, refletir sobre o que é ser jovem. Para a autora, apesar de ser uma noção construída socialmente, que não pode ser definida segundo critérios exclusivamente biológicos, psicológicos, jurídicos ou sociológicos, a juventude tem limites mínimos e máximos, e esses limites variam em cada conjuntura histórica.

Segundo Petrini (2003, p. 79), “a convivência familiar apresenta conflitos, disputas, ausências, escassez de recursos materiais, agressividade e, em alguns casos desvio de comportamentos e violência”. Diante dessa realidade, a família encontra dificuldades para cumprir de modo satisfatório suas tarefas básicas de socialização entre seus membros, deixando-os vulneráveis. Assim, o autor pontua a necessidade de utilizar mecanismos pacíficos para a solução dos conflitos.

Estes conflitos também são oriundos do aumento da falta de limites às vontades dos filhos e da diminuição da autoridade dos pais; a simples negação de algum objeto de desejo pode ser motivo para confusões e para um distanciamento, muitas vezes, irreversível, entre os membros da família. Os efeitos induzidos por esta situação se concretizam na relação com o cotidiano, e com os outros. Com isso, não se pode dissociar estes desafios da família e seus valores, aliados à educação.

Para Moreira (2012) há questões que angustiam os pais e mães, de classes mais abastadas nas últimas décadas e os levam, com frequência, aos especialistas em busca de orientação ou mesmo de uma terapia, numa indagação constante sobre: “Estou agindo certo com os meus filhos? A educação que eles estão tendo vai prepará-los para o que irão enfrentar mais tarde? Esse comportamento é ou não um problema e de consequências sérias para a vida futura?” (p. 35).

O processo de adolescência não afeta apenas os indivíduos que estão passando por este período, mas também as pessoas que convivem diretamente com os mesmos, principalmente a família. Isso porque a adolescência dos filhos tem influência direta no funcionamento familiar, constituindo-se, portanto, como um processo difícil e doloroso para muitos deles (Pratta e Santos, 2007). É importante entender o(a) adolescente em suas múltiplas redes de relacionamentos; o seu contexto socioeconômico; e o seu envolvimento com outros(as) jovens, pois as camadas sociais diferenciam o comportamento destes.

Segundo Pratta e Santos (2007), por esse motivo o diálogo nessa etapa do desenvolvimento assume um papel ainda mais importante, apesar de muitas vezes os adolescentes buscarem se fechar em seu “mundo” próprio. Devido a essa tendência à reclusão e a busca de refúgio na fantasia e no devaneio, o diálogo com os membros da família, nessa fase da vida, é essencial, pois é justamente nesse período que eles mais necessitam da orientação e da compreensão dos pais, sendo que todo o legado que a família transmitiu aos mesmos desde a infância continua sendo relevante (Drummond & Drummond Filho, 1998).

Sendo assim, é preciso que a família nos mais variados contextos socioeconômicos, acompanhe a transição entre a infância, a puberdade e a adolescência para dar orientação e suporte ao jovem.

3.2 Escola

Partindo dos pressupostos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/1996), a educação é um direito de todo cidadão brasileiro. A Lei, além de anunciar os princípios constitucionais, ampliou-os, incorporando o respeito à liberdade e o apreço à tolerância, principalmente com relação ao “diferente” – as pessoas com deficiência; a coexistência das instituições públicas e privadas de ensino; a valorização da experiência extraescolar e a vinculação entre a educação escolar; e o trabalho e as práticas sociais.

A família e a escola estão interligadas com o propósito de oferecer formação adequada ao desenvolvimento social, afetivo e cognitivo ao indivíduo.

[...] Hoje, estamos começando a ver as complementaridades entre os aspectos afetivos, intelectuais e sociais dos processos do desenvolvimento. Semelhantemente, constatamos as complementaridades do que é a família, a sala de aula e o local de trabalho e a relação que deve existir entre esses contextos se cada um é o sustento e o reforço do desenvolvimento dos seres humanos. [...] (BRONFENBRENNER, 2011, p. 99)

O adolescente também se desenvolve no contexto da escola, pois nela passa boa parte de seu dia. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/1996), o período da adolescência compreende o início do ensino fundamental II e o ensino médio (SOUZA, 2001). O acompanhamento da família deve ser o mais próximo possível neste período de vida escolar, mas no segundo e principalmente no terceiro ano do ensino médio, ele deve funcionar muito mais como uma monitoria para o jovem perceber a preocupação da família, a possibilidade de ter a quem recorrer caso seja necessário, mas também adquirir confiança e autonomia para enfrentar a vida adulta (MORTARA, 2015).

Para Losacco (2010) é na escola que os questionamentos, pensamentos, sentimentos e ações ajudam o(a) adolescente a formular questões e a buscar suas próprias respostas em contato com outros(as) adolescentes e com o(a) professor(a). Nesse universo, o(a) jovem adquire conhecimentos pedagógicos e os aprendizados que não estão no currículo, mas, no contato com outros indivíduos, e que conduzem à construção da sua vida.

De acordo com Cruz (2014), a busca pela educação na classe popular tem como objetivo maior o ingresso no mercado de trabalho para prover o lar, ou contribuir com os gastos necessários à sobrevivência do grupo familiar, mesmo possuindo redes de apoio. Mas, é necessário esclarecer que tanto o jovem de classes mais abastadas quanto aquele oriundo da camada popular têm nos estudos o objetivo de ascender socialmente e poder exercer uma profissão que atenda à demanda da família e de uma sociedade em movimento constante, e que, a cada dia exige mais conhecimento e atuação profissional qualificada.

3.3 TRABALHO

Adolescentes vivem em contextos socioeconômicos diversos. O(a) jovem que tem maior poder econômico tem a vantagem em relação ao/a que pertence à classe popular com relação à escolaridade e o tempo para ingressar no mercado de trabalho.

Segundo Cruz (2014), o(a) jovem que pertence às camadas populares geralmente é afrodescendente, com baixa escolaridade e sem oportunidade de crescer socialmente devido aos fatores internos e externos que interferem efetivamente no contexto em que vive. Foi ou é criado na sua maioria, pelos próprios pais ou apenas pela mãe ou avós, e é afetado(a) pelas

dificuldades econômicas enfrentadas no dia a dia.

Muitos destes jovens deixam a escola para enfrentar o mundo do trabalho. Para Losacco (2010), sem a preparação necessária (escolaridade formal, cultural e técnica) para o desempenho de um papel especializado, que dificulta a conquista de um emprego e tem ampliada a exploração de sua mão de obra, com baixos salários e acúmulo de jornadas de trabalho para a garantia de sua manutenção.

O(a) jovem pertencente às classes mais abastadas vive em contexto oposto. Ele(a) e a sua família possuem *status* na sociedade e procuram mantê-lo; costuma contar com boas escolas; cursos paralelos, geralmente de língua estrangeira; viaja por intercâmbio; e tem ajuda de profissionais para substituírem os pais em vários momentos da sua rotina.

Esta desigualdade pertinente em nossa educação nos leva a questionar como as políticas públicas têm voltado as suas metas para atender o(a) jovem de classe popular com relação a sua escolarização e o abandono da mesma para entrar no mercado de trabalho.

Os jovens e adultos populares não são acidentados ocasionais que, gratuitamente, abandonaram a escola. Esses jovens e adultos repetem histórias longas de negação de direitos. Histórias que são coletivas. As mesmas vivenciadas por seus pais e avós, por sua raça, gênero, etnia e classe social. (ARROYO, 2005, p.30).

Cruz (2014) destaca que é preciso um olhar mais crítico da sociedade e do atual contexto educacional, no sentido de fazer valer as políticas públicas destinadas a estes jovens no seu convívio social e econômico, além de priorizar as suas competências e habilidades na dinâmica escolar para permitir o ingresso destes não só no mercado de trabalho, mas como cidadãos numa sociedade em constantes transformações.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciou-se este artigo com o objetivo de refletir sobre algumas concepções relacionadas à adolescência num breve resgate histórico, até a contemporaneidade.

O estudo embasado na revisão de literatura evidenciou algumas transformações que o(a) adolescente tem vivido no seu desenvolvimento na história das sociedades e como estas afetam diretamente o seu comportamento, a sua importância nesta dinâmica, e a forma como a concebe.

A família exerce papel fundamental neste processo, na medida em que é o alicerce no qual a criança ou adolescente busca apoio, seja na escola ou para ingressar no mundo do trabalho, nos vários contextos socioeconômicos da contemporaneidade.

Importante sinalizar que são necessários estudos que aprofundem as questões sobre a

adolescência na contemporaneidade. Mas, por maior que sejam estas nas relações do(a) adolescente na família, no contexto escolar ou no trabalho, é fundamental apoiar estes(as) jovens no seu processo de desenvolvimento, suas subjetividades e adolescências.

REFERÊNCIAS

ARIÉS, P. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

ARROYO, Miguel Gonzáles. “Educação de jovens – adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública”. In: SOARES, L. GIOVANETTI, M.A. N.L. (Orgs). **Diálogos na educação de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p.19-50.

ARROYO, Miguel González. **Curso Nacional de Formação de Formadores da Consulta Popular**. Ibitaré-MG, fevereiro/2000.

BRASIL (2007a). **Saúde de adolescentes e jovens**. Caderneta. Disponível em: <http://www.portal.saude.gov.br/saude/>. Acesso em abr. 2018.

BRASIL (2007b). **Indicadores sociais Crianças e adolescentes**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em abr. 2018.

BRASIL (2007c). **Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm. Acesso em mar. 2018.

BRONFENBRENNER, Urie. **Bioecologia do desenvolvimento humano: tornando os seres humanos mais humanos**. Tradução de André de Carvalho Barreto. Porto Alegre: Artmed, 2011. 310p.

CRUZ, Ariadne de Araújo. **Exames supletivos: motivações de pais e seus filhos, de contextos socioeconômicos diversos, para a sua realização**. 2014. Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica do Salvador, 2014. 125p.

DESSEN, Maria Auxiliadora; POLONIA, Ana da Costa. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. **Paideia**, Ribeirão Preto, vol.17, n. 36, 2007. pp. 21-32. ISSN 0103-863X.

ERIKSON, Erik Homburger. **O ciclo da vida completo**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

FORMIGLI, Vera Lúcia A.; COSTA, Maria da Conceição O.; PORTO, Lauro Antonio. Avaliação de um serviço de atenção integral à saúde do adolescente. **Cadernos de saúde pública**, Rio de Janeiro, v. 16., pp 831-841, 2000.

GARROD, A.; SMULYAN, L.; POWERS, S. & Kilkenny, R. **Adolescent portraits: Identity, relationships, and challenges**. 2 ed. Boston: Allyn and Bacon, 1995.

GROSSMAN, E. **La adolescencia cruzando los siglos. Adolescencia Latino americana**, n. 1, pp. 68-74.

HALL, G. Stanley. **Adolescence**: Its psychology and its relations to physiology, anthropology, sociology, sex, crime, religion and educations. (vol. I e II). New York: D. Appleton, 1925.

LOSACCO, Silvia. **O jovem e o contexto familiar**. In: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amalia Faller (Orgs). *Família: Redes, Laços e Políticas Públicas*. 5 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

MELVIN, Lewis; WOLKMAR, Fred R. **Aspectos clínicos do desenvolvimento da infância e adolescência**. 3 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

MOREIRA, Lúcia; CARVALHO, Ana M. A. (Orgs.) **Família e educação: olhares da psicologia**, 3.ed. São Paulo: Paulinas, 2012. (Coleção família na sociedade contemporânea).

MORTARA, Patrícia. **O que significa a escola na vida do adolescente**. 2015. Disponível em <https://www.terra.com.br>. Acesso em: 07 jul. 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Problemas de la salud de la adolescencia**. Informe de un comité de expertos de la OMS (Informe técnico nº 308). Genebra, 1965.

PETRINI, João Carlos. **Pós-modernidade e Família: um itinerário de compreensão**. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

PETRINI, João Carlos; MOREIRA; Lucia Vaz de Campos; ALCÂNTARA, Miriã Alves Ramos. **Família na Contemporaneidade: Uma Análise Conceitual**. Disponível em: http://www.humanaaventura.com.br/arquivos/file/Fam%C3%83%C2%ADlia_na_contemporaneidade.pdf.

SANTROCK, John W. **Adolescência**. 8 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2003.

SARTI, C.A. A família como espelho - um estudo sobre a moral dos pobres. In: Reflexões sobre a construção da parentalidade e o uso de estratégias educativas em família de baixo nível socioeconômico. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v.11, n 1, p.63-71, jan/abr. 2006.

SIFUENTES, Thirza Reis; DESSEN, Maria Auxiliadora & OLIVEIRA, Maria Cláudia S. Lopes de. Desenvolvimento humano: desafios para a compreensão das trajetórias probabilísticas. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, 23, pp 379-385. Brasília, 2007.

SOUZA, Néri de Almeida; HOMET, Raquel. Los viejos y la vejez en La Edad Media. Sociedad e imaginário. **Revista Brasileira de História**, 19, pp 313-318, UNESP, Franca/SP e Rosário/Argentina, 1999.

SOUZA, Paulo Nathanael Pereira de, e SILVA, Eurides Brito. **Como Entender e aplicar a NOVA LDB (Lei Nº 9.394/96)**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.